

**ROBERTO QUIROGA MOSQUERA**

**DIREITO MONETÁRIO E  
TRIBUTAÇÃO DA MOEDA**

DIALÉTICA  
São Paulo - 2006



<http://bdjur.stj.gov.br>

**Localização: 336.74:34  
M912d**

**Código de barras: STJ00064281**

---

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP. BRASIL)

Quiroga Mosquera, Roberto

Direito monetário e tributação da moeda / Roberto Quiroga Mosquera. -  
São Paulo : Dialética, 2006.

Bibliografia.

ISBN 85-7500-154-X

1. Direito monetário 2. Direito tributário - Brasil 3. Moeda - Brasil

4. Moeda - Tributação I. Título.

06-3115 CDU-34:336.2:336.74

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Moeda : Tributação : Direito monetário : Direito tributário  
34:336.2:336.74



## Índice

Introdução	11
Capítulo 1 - Direito Monetário: Conceitos Fundamentais	21
1.1. O Sistema Jurídico e a Função Instrumental do Direito	21
1.2. O Direito Monetário - Autonomia Didática	25
1.3. O Direito Monetário e sua Relação com as Outras Disciplinas Jurídicas	28
1.3.1. O Direito Monetário e o Direito Constitucional	28
1.3.2. O Direito Monetário e o Direito Econômico	30
1.3.3. O Direito Monetário e o Direito Civil e Direito Comercial	32
1.3.4. O Direito Monetário e o Direito Administrativo	33
1.3.5. O Direito Monetário e o Direito Penal	33
1.3.6. O Direito Monetário e o Direito Tributário	34
1.4. O Direito Monetário - Direito Público ou Direito Privado?	36
1.5. O Direito Monetário - Noções Introdutórias	37
1.6. A Noção Conceitual do Termo Moeda	39
1.6.1. O percurso evolutivo do sistema de troca - troca direta e troca indireta	39
1.6.1.1. O autoconsumo e a troca direta	39
1.6.1.2. Os excedentes de produção e a troca indireta	42
1.6.2. A moeda e suas diferentes espécies - noções conceituais	42
1.6.2.1. A moeda de papel ou metálica	43
1.6.2.2. A moeda escritural	45
1.6.2.3. As reservas bancárias	48
1.6.3. O conceito jurídico de moeda	50
1.7. As Funções da Moeda	60
1.7.1. A moeda como meio geral de troca	61
1.7.2. A moeda como reserva de valor	64
1.7.3. A moeda como denominador comum de valor de troca	69
1.7.4. A moeda como instrumento geral de pagamento	73
1.8. Curso Legal, Curso Forçado e Poder Liberatório da Moeda	75
1.9. A Moeda, o Crédito e o Sistema Financeiro Nacional	79
1.9.1. A moeda e sua íntima ligação com os mercados de crédito e de valores mobiliários	82
1.9.1.1. O mercado de crédito e a moeda	84
1.9.1.2. O mercado de valores mobiliários e a moeda	91
1.9.1.3. O mercado privado e a moeda	97
1.10. Síntese do Capítulo	99

Capítulo 2 - A Circulação da Moeda como Fato Jurídico-tributário 109



2.1. Introdução	109
2.2. Os Antecedentes Históricos da CPMF	110
2.2.1. Os antecedentes históricos nacionais - breves anotações	110
2.2.1.1. O imposto sobre o ouro - o quinto	110
2.2.1.2. empréstimo compulsório sobre depósitos à vista e outros ativos Financeiros - Plano Collor	115
2.2.1.3. Imposto Provisório sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (IPMF) e o Imposto Único sobre Transações (IUT) – breves considerações	120
2.2.1.3.1. Evolução legislativa do IPMF	131
2.2.2. Os antecedentes históricos estrangeiros - breves anotações	132
2.3. Dicção Constitucional da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF	135
2.3.1. Evolução legislativa da CPMF	135
2.3.2. CPMF - classificação constitucional dos tributos	141
2.3.3. Competência tributária e CPMF	150
2.3.3.1. A noção conceitual dos verbos movimentar e transmitir	151
2.3.3.2. A noção conceitual dos termos: valores, créditos e direitos	153
2.3.3.3. A noção conceitual da locução adjetiva "de natureza financeira"	155
2.4. A Regra-matriz de Incidência Tributária da CPMF - Decomposição de seus Critérios	158
2.4.1. O critério material da regra-matriz tributária da CPMF	160
2.4.1.1. As operações simbólicas de câmbio e a CPMF	173
2.4.2. O critério temporal da regra-matriz tributária da CPMF	176
2.4.3. O critério espacial da regra-matriz tributária da CPMF	191
2.4.4. O critério pessoal da regra-matriz de incidência tributária da CPMF	191
2.4.4.1. O sujeito passivo	192
2.4.4.1.1. O contribuinte da CPMF	192
2.4.4.1.2. Os responsáveis tributários da CPMF	195
2.4.4.2. A retenção e o recolhimento da CPMF	200
2.4.4.3. Sujeito ativo	201
2.4.5. O critério quantitativo da regra-matriz de incidência tributária da CPMF	201
2.4.5.1. A base de cálculo	201
2.4.5.2. Alíquota	203
2.4.6. Os casos de imunidade e não-incidência	239
2.4.7. As normas antielisão	244



2.4.8. Prestação de informações relativas aos contribuintes da CPMF	250
2.4.9. Multas e penalidades para a CPMF	251
2.5. Síntese do Capítulo	252
Capítulo 3 - A CPMF e os Princípios Constitucionais da Proteção ao Sigilo Bancário, Capacidade Contributiva e Legalidade Tributária	261
3.1. Introdução	261
3.2. Conceito de Princípio - o Sistema Constitucional	262
3.3. A CPMF e o Princípio da Proteção ao Sigilo Bancário	263
3.4. A CPMF e o Princípio da Capacidade Contributiva	277
3.5. A CPMF e o Princípio da Legalidade Tributária	292
3.6. Síntese do Capítulo	303
Referências Bibliográficas	311

